

# Novo governo deve impor sacrifícios

por José Casado  
de São Paulo

Vem aí uma etapa de grandes sacrifícios econômicos para a população, a pretexto de se reverter o crescimento da taxa de inflação. Vai acontecer logo depois da posse do novo presidente.

As medidas econômicas, já em elaboração, serão levadas ao Congresso nacional no âmbito de uma negociação política onde o novo governo partirá do pressuposto de que serão fáceis de ser aprovadas, em razão do interesse específico dos parlamentares na sua própria reeleição, em novembro de 1990.

Foi o que deixaram explícito os dois candidatos à Presidência da República, Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em debate em rede nacional de televisão, que terminou na madrugada de hoje.

No confronto de propostas, razoavelmente equili-

brado, ficou clara a disposição de ambos de assumir o governo, se eleito, e imediatamente produzir um choque antiinflação. Mas com um limite expresso: o custo dos sacrifícios recairá sobre o capital e não sobre os salários. Eles prometem aumentos reais para os assalariados, no curto prazo. Depois do "choque".

A coincidência existe apenas no objetivo final. Ambos são extremamente diferentes, nas biografias e no conteúdo de suas propostas. Serão testados nas urnas no próximo domingo.

O debate realçou essa diversidade. Serviu, sobretudo, para informar o País sobre o tamanho da crise que o Brasil enfrenta e o grande esforço que será necessário para encontrar a saída.

O confronto foi quase uma repetição do debate anterior, 11 dias atrás — ambos evitaram responder à maioria das perguntas para se deter nas críticas

mútua. Ao contrário da expectativa generalizada, é provável que não tenha sido suficiente para decidir a eleição, que se mantém indefinida.

"O ex-governador Brizola afirmou que o seu vice é corrupto. Pergunto, o governador Brizola está mentindo ou o vice é corrupto?", atacou, por exemplo, Collor, em um dos momentos mais carentes da discussão.

Lula revidou, inocentando o seu vice, insistindo que seu adversário está perdendo o controle emocional e o controle político de sua campanha.

Em seguida, retirou de uma pasta vários documentos, procurando demonstrar que os acordos de isenção de tributos assinados por Collor com os usineiros de açúcar, quando estava no governo de Alagoas, foram lesivos ao erário público e desviados para uma "caixinha" eleitoral.

O candidato do PRN respondeu que pagou aos usineiros atendendo a uma decisão da Justiça, que o ameaçava com intervenção no Estado. Repetiu que Lula não sabe ler, que o PT prega a luta armada, pretende dar um "calote" na dívida interna e levar o País a um regime marxista, na trilha "inversa a dos países do Leste europeu".

"Nesse acordo teria havido propina de US\$ 20 milhões", insistiu Lula, acrescentando: "No governo, nós vamos apurar. Nesse caso dos usineiros, na minha opinião, deve ter havido uma 'mutreta' danada, que levou o banco do estado à falência".

"É mais uma besteira", contra-atacou Collor. "O governo federal fez uma intervenção no Banco do Estado de Alagoas, muito antes da determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de pagar aos usineiros. Mais uma vez dou razão ao ex-governador Brizola: o meu adversário 'come' pela mão dos outros".

(Ver páginas 8 e 9)

*Os candidatos Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva discutem métodos para a erradicação da miséria e o novo momento que o País passa a viver a partir deste dia 17, em artigos na página 5.*